

# Diário do Legislativo de 17/08/2006

## MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Deputado Mauri Torres - PSDB

1º-Vice-Presidente: Deputado Rêmoló Aloise - PSDB

2º-Vice-Presidente: Deputado Rogério Correia - PT

3º-Vice-Presidente: Deputado Fábio Avelar - PTB

1º-Secretário: Deputado Antônio Andrade - PMDB

2º-Secretário: Deputado Luiz Fernando Faria - PP

3º-Secretário: Deputado Elmiro Nascimento - PFL

## SUMÁRIO

### 1 - ATAS

#### 1.1 - Reunião Ordinária da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 15ª Legislatura

##### 1.2 - Reunião de Comissões

### 2 - ORDEM DO DIA

#### 2.1 - Plenário

### 3 - EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

#### 3.1 - Comissão

### 4 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

### 5 - COMUNICAÇÃO DESPACHADA PELO SR. PRESIDENTE

### 6 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

### 7 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

## ATAS

### ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA EM 16/8/2006

Presidência do Deputado Rogério Correia

Sumário: Comparecimento - Falta de quórum - Ordem do dia.

#### Comparecimento

- Comparecem as Deputadas e os Deputados:

Rogério Correia - Alencar da Silveira Jr. - André Quintão - Biel Rocha - Carlos Pimenta - Cecília Ferramenta - Dinis Pinheiro - Doutor Viana - Durval Ângelo - Elisa Costa - Fahim Sawan - Gustavo Valadares - Irani Barbosa - Jô Moraes - João Leite - Laudelino Augusto - Lúcia Pacífico - Maria Olívia - Neider Moreira - Padre João - Paulo Cesar - Paulo Piau - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa - Sebastião Helvécio.

#### Falta de Quórum

O Sr. Presidente (Deputado Rogério Correia) - Às 14h15min, a lista de comparecimento não registra a existência de número regimental. A Presidência deixa de abrir a reunião, por falta de quórum, e convoca as Deputadas e os Deputados para a reunião ordinária de amanhã, dia 17, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (- A ordem do dia anunciada é a publicada nesta edição.).

### ATA DA 8ª REUNIÃO Extraordinária da Comissão Especial do Protocolo de Quioto, em 1º/8/2006

Às 10h15min, comparece na Sala das Comissões o Deputado Laudelino Augusto, membro da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Laudelino Augusto, declara aberta a reunião e, com base no art. 120, inciso III, do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, dá-a por aprovada e a subscreve. A Presidência informa que a reunião se destina a levantar as propostas do Estado para o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo - MDL. A Presidência interrompe a 1ª Parte da reunião para ouvir os Srs.

José Domingos Gonzales Miguez, Secretário Executivo da Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima e Chefe do Comitê Executivo do MDL do Protocolo de Quioto; Milton Nogueira, Secretário Executivo do Fórum Mineiro de Mudanças Climáticas e Consultor Internacional; Paulo Martins, Professor da Fundação Centro Tecnológico de Minas Gerais; e Francisco Assis Soares, Superintendente de Política Energética da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, que são convidados a tomar assento à mesa. Registra-se, ainda, a presença de representantes de diversas instituições: Srs. Eduardo Tavares, Instituto HOU; Edmundo José Martins, Diretor Operacional da SLU; Euler João Geraldo da Silva, assessor da Presidência da BHTRANS; Fábio Nogueira de Avelar Marques, gerente de projetos de carbono da Plantar S.A.; Fernando Antônio Cardoso, da Secretaria de Agricultura; Fulvio Cupolillo, Coordenador do 5º Disme do Instituto Nacional de Meteorologia; Guilherme Pacheco Schuchter, da PUC Minas; João Batista Ferreira Andrade, da Associação Regional de Proteção Ambiental; Márcio Cerqueira Batitucci, Coordenador de Meio Ambiente e Qualidade da BHTRANS; Mariana Paula Pereira, engenheira ambiental do BDMG; Odair dos Santos Júnior, assessor de Águas e Meio Ambiente da Presidência do Crea-MG; Paulo Pardini, da Caixa Econômica Federal e Cipe Rio Doce; Rafael Nacif, assessor de mudanças climáticas da Fiemg; e Raimundo Machado Filho, assessor da Vereadora Neila Batista. A Presidência tece as considerações iniciais e logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos convidados e demais presentes, dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 16 de agosto de 2006.

Laudelino Augusto, Presidente - Sávio Souza Cruz - João Leite.

ATA DA 22ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Direitos Humanos NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA, em 9/8/2006

Às 9 horas, comparecem no Plenário da Câmara Municipal de São Sebastião do Paraíso os Deputados Durval Ângelo, Roberto Ramos, Paulo Cesar e Zé Maia, membros da supracitada Comissão. Está presente, também, o Deputado Rêmoló Aloise. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Durval Ângelo, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Zé Maia, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a realizar audiência pública para obter esclarecimentos sobre a morte da menor V. C. S. A., ocorrida em São Sebastião do Paraíso, e comunica o recebimento dos seguintes ofícios: da Sra. Silvana da Silva Azevedo, Promotora de Justiça da Comarca de São Sebastião do Paraíso, em que justifica sua ausência nesta reunião; dos Srs. Silas Brasileiro, Deputado Federal, José Francisco da Silva, Ouvidor de Polícia, Carlos dos Santos, Diretor do Centro de Informações das Nações Unidas e da Sra. Eleuza Passos Guimarães, Assessora de Comunicação Social da Gerência Regional do INSS, publicados no "Diário do Legislativo" de 3/8/2006; e da Sra. Sandra Regina Maria do Carmo Teixeira, Chefe de Gabinete do Secretário Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, publicado no "Diário do Legislativo" de 4/8/2006. A Presidência interrompe a 1ª Parte da reunião para ouvir os Srs. Fábio Ribeiro Faria Ferreira, Delegado de Polícia de Crimes Contra a Vida, representando o Sr. Mário José de Macedo, Delegado Regional de São Sebastião do Paraíso; Luiz Antônio Pimenta Montaldi, Gerente de Saúde da Secretaria Municipal de Saúde, representando o Sr. Marcos Rogério de Paula Oliveira, Diretor de Saúde e Ação Social de São Sebastião do Paraíso; José Aparecido Ricci, Presidente da Câmara de São Sebastião do Paraíso; Emília Aparecida Souza Fagundes, Presidente do Conselho Tutelar de São Sebastião do Paraíso; Lucimara Sartori Alves, mãe da criança V. C., falecida em maio/2006; Joséli Alves, Diretora do Jornal "Hoje", e os Vereadores da Câmara Municipal de São Sebastião do Paraíso, Antonino José Amorim, Antônio Virgílio de Pádua, Edilson Rodrigues Neves, Francisco Romualdo Rodrigues, Jerônimo Aparecido da Silva, José Edits David e Sérgio Aparecido Gomes, que são convidados a tomar assento à mesa. O Deputado Durval Ângelo, na condição de autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. A Presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Durval Ângelo (2), em que solicita realização de audiência pública com os convidados que menciona, para debater matéria jornalística intitulada "Alimento vencido mata a fome em BH", veiculada no jornal "Estado de Minas", do dia 24/7/2007; em que solicita ao Comandante-Geral da Polícia Militar providência com relação a apuração das denúncias de arbitrariedades e intimidações praticadas pelos policiais militares Cabos Josemar e Ribelino, durante a reunião em Lagoa Grande, do dia 3/8/2006; Durval Ângelo e Rogério Correia (9), em que solicitam seja enviado ofício à Câmara Municipal de Presidente Olegário com vistas à obtenção de informações sobre a atuação do filho do Juiz da Comarca, Sr. Daniel Vieira Nunes, que estaria prestando serviços no Fórum local; sejam enviadas cópias das notas taquigráficas desta reunião ao Conselho Nacional da Magistratura e sejam solicitadas a esse Conselho providências com relação a atuação do Juiz Joamar Gomes Vieira Nunes, da Comarca de Presidente Olegário, bem como a respeito da violação das normas do referido Conselho contra o nepotismo; sejam enviados pedidos de informação à Corregedoria do Tribunal de Justiça sobre a atuação desse Juiz no episódio da desocupação da Fazenda Gameleira, em 18/3/2006; à Promotoria de Crimes de Agentes Públicos, sobre aluguel de ônibus de transporte escolar, bem como sobre a cessão de servidores ao Fórum, pela Prefeitura Municipal de Lagoa Grande, Lagamar e Presidente Olegário; sejam enviados ofícios à Ouvidoria Agrária Nacional, à Promotoria de Conflitos Agrários, à Vara de Conflitos Agrários e à Corregedoria da Polícia Militar solicitando providências; ao Inkra, pedindo agilidade na realização de vistorias nas fazendas passíveis de desapropriação para reforma agrária em Lagoa Grande; ao Prefeito de Presidente Olegário requisitando informações sobre o Sr. Daniel Vieira Nunes; às Prefeituras Municipais de Lagoa Grande, Presidente Olegário e Lagamar, pedindo informações sobre a contratação de pessoal e sua respectiva destinação, em especial daqueles servidores cedidos ao Poder Judiciário, bem como a utilização de ônibus pela Polícia Militar na desocupação da Fazenda Gameleira; seja formulada manifestação de aplauso ao Chefe da Polícia Civil e à Corregedoria da Polícia Civil, pela postura adotada pelos Delegados da Comarca de Presidente Olegário, Srs. Edno de Oliveira Brito e Fernando Tino Zanoni, diante das prisões arbitrárias efetuadas pela polícia na referida fazenda, em 18/3/2006; dos Deputados Rêmoló Aloise, Durval Ângelo, Roberto Ramos, Paulo Cesar e Zé Maia, em que solicitam à Secretaria de Saúde, em caráter de urgência, a realização de auditoria na pediatria da Policlínica São Lucas, em São Sebastião do Paraíso; Durval Ângelo, Roberto Ramos, Paulo Cesar e Zé Maia (6), em que solicitam sejam enviadas, para adoção de providências cabíveis, cópias das notas taquigráficas desta reunião à Promotora de Justiça e ao Delegado de Polícia Civil da Comarca de São Sebastião do Paraíso e à Comissão Especial instituída pela Câmara Municipal para apurar os problemas de saúde ocorridos nesse Município; seja solicitada à diretoria da Policlínica São Lucas a remessa a esta Comissão da ficha de atendimento da menor V.C.S.A.; à direção da Santa Casa de São Sebastião do Paraíso, da cópia da certidão de óbito e da ficha de atendimento da criança falecida nessa unidade hospitalar em 25/5/2006; ao Delegado da Divisão de Crimes Contra a Vida e ao Delegado de Polícia Civil de São Sebastião do Paraíso, abertura de inquérito policial para apurar as denúncias de omissão de atendimento médico apresentadas nesta reunião pelas Sras. Ana Selma Alves e Beatriz de Jesus Augusto; seja realizada reunião destinada a audiência pública nesta Casa, a fim de obterem-se esclarecimentos sobre o falecimento da menor V.C.S.A., com a presença das autoridades que mencionam. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 16 de agosto de 2006.

Durval Ângelo, Presidente.

## ORDEM DO DIA

Ordem do Dia da 62ª Reunião Ordinária da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 15ª Legislatura, em 17/8/2006

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

Interrupção dos trabalhos ordinários para comemoração dos 60 anos do SESC-MG.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Discussão, em turno único, do Veto total à Proposição de Lei nº 17.076, que institui o Dia da Conscientização sobre a Carga Tributária. A Comissão Especial perdeu prazo para emitir parecer.

Prosseguimento da discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.675/2005, do Deputado George Hilton, que dispõe sobre a Política Estadual de Incentivo ao Turismo Educativo e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. As Comissões de Educação e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, apresentado pela Comissão de Justiça. .

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.698/2005, da Deputada Maria Olívia, que autoriza o Estado de Minas Gerais a doar ao Município de Conceição dos Ouros o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.900/2005, do Deputado Ricardo Duarte, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter o imóvel que especifica ao Município de Ituiutaba. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.335/2006, do Tribunal de Contas do Estado, que cria os cargos de Auditor e de Procurador do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, fixa os seus subsídios e dá outras providências. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.751/2005, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Rio Pomba o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.752/2005, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Ubá os imóveis que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto..

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.934/2006, do Deputado Gustavo Corrêa, que dispõe sobre brinquedo, material escolar ou peças de vestuário infantis apreendidos, e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão do Trabalho opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.193/2006, do Deputado José Henrique, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Itanhomi o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

## EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Meio Ambiente e Recursos Naturais

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Doutor Ronaldo, João Leite, Paulo Piau e Sávio Souza Cruz, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 17/8/2006, às 9h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de debater o elevado consumo de carvão vegetal nativo por indústrias produtoras de ferro-gusa e apreciar dados do Instituto Estadual de Florestas - IEF - referentes ao número de

autorizações concedidas e de autos de infração expedidos por esse Instituto e pela Polícia Ambiental, em decorrência de desmatamentos clandestinos em 2005 e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 16 de agosto de 2006.

Laudelino Augusto, Presidente.

## TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

Parecer para o 1º Turno do Projeto de Lei Nº 2.972/2006

Comissão de Direitos Humanos

Relatório

De autoria do Deputado Rogério Correia, o projeto de lei em epígrafe dispõe sobre o pagamento de indenização aos familiares das vítimas da chacina de Felisburgo.

Publicada no "Diário do Legislativo" em 23/2/2006, a proposição foi distribuída às Comissões de Constituição e Justiça, de Direitos Humanos e de Fiscalização Financeira e Orçamentária para receber parecer. A Comissão de Constituição e Justiça perdeu o prazo regimental para emitir seu parecer quanto aos aspectos jurídico, constitucional e legal. Vem agora o projeto a esta Comissão para que seja emitido o parecer quanto mérito, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, V, do Regimento Interno.

Fundamentação

O projeto de lei em análise estabelece que o Estado pagará indenização no valor de R\$200.000,00 a cada uma das famílias das cinco vítimas da chacina de Felisburgo, ocorrida em 20/11/2004. De acordo com o projeto, a indenização será paga se requerida pelo cônjuge, sucessor legal ou procurador legalmente constituído para esse fim, no prazo máximo de 180 dias contados de data fixada na regulamentação da lei.

No dia 20/11/2004, 18 pistoleiros armados e comandados pelo fazendeiro Adriano Chafik Luedy e por Calixto Luedy Filho invadiram o acampamento Terra Prometida, situado na Fazenda Nova Alegria, Município de Felisburgo, assassinando os trabalhadores rurais Iraguair Ferreira da Silva, Miguel José dos Santos, Joaquim José dos Santos, Juvenal Jorge da Silva e Francisco Ferreira do Nascimento. Outros 12 trabalhadores rurais sem-terra foram feridos a bala e os demais foram deixados na beira da estrada, sem comida e sem acomodações, pois tiveram suas barracas e a escola queimadas. O fazendeiro Adriano Chafik Luedy é conhecido pela grilagem de terras devolutas na região do Vale do Jequitinhonha, constando como parte requerida em ação discriminatória movida pelo Estado, com vistas a discriminar as terras de domínio público daquelas de propriedade particular, em tramitação no Tribunal de Justiça.

Os trabalhadores rurais sem-terra estavam acampados no local desde 26/5/2000, em área reconhecida como devoluta pelo Estado, e eram constantemente ameaçados de morte diretamente ou por mando do fazendeiro Adriano Chafik Luedy. Tais ameaças ensejaram a busca de proteção do Estado por parte dos trabalhadores rurais sem-terra, tanto por meio de representação criminal oferecida contra os mandantes na Delegacia de Polícia do Município de Felisburgo como pela apresentação de queixa ao Ministério Público ou, ainda, à Comissão de Direitos Humanos desta Casa.

No dia 29/7/2004, o Sr. Miguel José dos Santos, um dos trabalhadores assassinados, representou contra o Sr. Calixto Luedy Filho, pela prática de crime de ameaça, ocorrido em 3/6/2004, na Delegacia de Polícia do Município de Felisburgo. Nos anos de 2003 e 2004, de forma reiterada, o Ministério Público do Estado, por meio do então denominado Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos, de Apoio Comunitário e de Conflitos Agrários – CAO-DH – , encaminhou informações recebidas sobre as constantes ameaças sofridas pelos trabalhadores do acampamento Terra Prometida à Delegacia Regional de Polícia Civil de Pedra Azul, solicitando a imediata abertura de inquérito policial para a apuração dos fatos informados e, ainda, informações sobre o andamento ou a conclusão de inquérito que estivesse em curso para apurar os mesmos fatos. A Delegacia de Polícia do Município de Jequitinhonha instaurou inquérito policial , sob o nº 032/04, visando à apuração de crimes de ameaça de morte contra os acampados.

No dia 18/6/2004, o Presidente da Comissão de Direitos Humanos desta Casa encaminhou relatório ao CAO-DH com sérias denúncias de ameaças de morte contra trabalhadores rurais sem-terra do acampamento Terra Prometida, situado na Fazenda Nova Alegria, no Município de Felisburgo, apresentadas pela Sra. Maria Geralda de Souza, que teriam sido efetivadas pelo fazendeiro Adriano Chafik Luedy, diretamente ou por terceiros, a seu mando. Cópia desse relatório foi encaminhada pelo CAO-DH à Delegacia Regional de Polícia Civil de Pedra Azul, em um dos ofícios em que o Ministério Público requisita informações circunstanciadas sobre o andamento ou a conclusão de inquérito policial para apuração dos fatos, em tese delituosos, praticados contra os trabalhadores rurais sem-terra do acampamento Terra Prometida.

A chacina de Felisburgo se apresenta, então, como uma profecia que se cumpriu, uma "crônica da morte anunciada", uma vez que não faltaram denúncias e avisos da iminência de sua ocorrência, encaminhados aos órgãos de segurança pública do Estado, ao Ministério Público, ao Instituto de Terras do Estado - Iter e a esta Assembléia Legislativa.

O projeto de lei em análise visa justamente a reparar os danos causados aos familiares das vítimas da chacina de Felisburgo, em razão da omissão do Estado. Conforme Maria Sylvia Zanella di Pietro, "a responsabilidade extracontratual do Estado corresponde à obrigação de reparar danos causados a terceiros em decorrência de comportamentos comissivos ou omissivos, materiais ou jurídicos, lícitos ou ilícitos, imputáveis aos agentes públicos." (In: "Direito Administrativo". São Paulo: Atlas, 2004, 17ª ed., p. 548).

De acordo com o postulado por Maria Sylvia Zanella di Pietro, a omissão na prestação do serviço tem levado à aplicação da teoria da culpa do serviço público, uma culpa anônima, não individualizada, por um dano que não decorreu de atuação de agente público, mas de omissão do poder público. A mesma regra se aplica quando se trata de ato de terceiros, como é o caso da chacina de Felisburgo, pela qual o Estado deverá responder, se ficar caracterizada a sua omissão, a sua inércia, a falha na prestação de serviço público. Nesses casos, a culpa do serviço público, demonstrada pelo mau funcionamento, não-funcionamento ou funcionamento tardio, é suficiente para justificar a responsabilidade do Estado.

Conforme o previamente relatado, os trabalhadores rurais sem-terra do acampamento Terra Prometida não ficaram passivos em face das ameaças sofridas. Pelo contrário, procuraram a proteção do Estado e o pressionaram pela apuração do crime de ameaça, reiteradamente cometido contra eles.

O pagamento de indenização às famílias das vítimas da chacina de Felisburgo é o reconhecimento público, pelo Estado, de sua responsabilidade

por omissão na proteção dos ameaçados e na apuração das representações apresentadas pelas vítimas. A célere e correta atuação dos órgãos de segurança pública, por diversas vezes acionados pelas vítimas ameaçadas, poderia ter impedido a ocorrência de tão grave atentado à vida dos acampados em Felisburgo, razão pela qual concordamos com a responsabilização do Estado e a conseqüente indenização dos familiares dos cinco assassinados na chacina de Felisburgo.

#### Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.972/2006.

Sala das Comissões, 16 de agosto de 2006.

Durval Ângelo, Presidente e relator - João Leite - Doutor Ronaldo.

#### Parecer de Redação Final do Projeto de Lei Nº 2.722/2005

#### Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 2.722/2005, de autoria do Deputado Fábio Avelar, que declara de utilidade pública a Associação dos Agricultores Familiares das Comunidades Cabrestos – Afacc –, com sede no Município de Vargem Bonita, foi aprovado em turno único, com a Emenda nº 1.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

#### PROJETO DE LEI Nº 2.722/2005

Declara de utilidade pública a Associação dos Agricultores Familiares das Comunidades Cabrestos – Afacc –, com sede no Município de Vargem Bonita.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação dos Agricultores Familiares das Comunidades Cabrestos – Afacc –, com sede no Município de Vargem Bonita.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 2 de agosto de 2006.

Sebastião Costa, Presidente - Vanessa Lucas, relatora - Ricardo Duarte.

#### COMUNICAÇÃO DESPACHADA PELO SR. PRESIDENTE

#### COMUNICAÇÃO

- O Sr. Presidente despachou, em 16/8/2006, a seguinte comunicação:

Da Deputada Maria Olívia, notificando o falecimento do Sr. Paulo Geraldo Cardoso, ocorrido em 13/8/2006, em Passos. (- Ciente. Oficie-se.)

#### PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

#### 61ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 15ª LEGISLATURA

#### Discursos Proferidos em 9/8/2006

O Deputado João Leite - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, estamos nesta tribuna para discutir o Projeto de Lei nº 2.675, que dispõe sobre a Política Estadual de Incentivo ao Turismo Educativo e dá outras providências. Tivemos oportunidade de acompanhar exaustivamente, na tarde de ontem, a discussão desse projeto, ou até mais do que isso, outros temas também. Foi uma tarde rica em temas durante a discussão desse projeto e, infelizmente, não pudemos nem fazer uma manifestação, já que havia uma grande presença de aposentados, que lotaram as galerias da Assembléia Legislativa. Esperavam uma palavra de apoio dos parlamentares na luta dos aposentados brasileiros, mas, lamentavelmente, por uma situação regimental, nenhum dos Deputados pôde pronunciar-se em favor deles, que lutam pelo aumento de 16,7%, negado pelo governo federal. O nosso apoio aos aposentados que vieram à Assembléia Legislativa na tarde de ontem e não puderam ouvir nenhuma manifestação de nenhum Deputado, pois foi-nos negada a possibilidade de manifestarmos-nos sobre essa questão.

Gostaria de dar continuação ao tema de que trata o projeto de lei que dispõe sobre a Política Estadual de Incentivo ao Turismo Educativo, projeto importante do Deputado George Hilton, que recebeu pareceres das comissões. Diferentemente do que ouvimos na tarde de ontem, o nosso Estado deve ter toda a atenção da Assembléia Legislativa em relação ao turismo, dada a riqueza do seu patrimônio histórico, conhecido no País e fora dele. Ouvimos críticas violentas ao governo do Estado em relação à política do turismo, Deputado Gustavo Valadares.

Hoje fui ao Siaf do governo federal, porque diziam aqui que o turismo no governo federal é uma maravilha. Está aqui o programa Turismo no Brasil: Uma Viagem para Todos, do governo federal, com uma previsão de R\$1.248.000.000,00.

De R\$1.000.000.000,00 previstos, temos uma execução orçamentária, até este mês, de 5%. Cinco por cento de execução orçamentária do

governo federal para o turismo. Ouvimos aqui que o governo federal está fazendo turismo, algo fantástico, com uma crítica pesada ao governo do Estado. Hoje temos uma política de turismo do governo do Estado, com a nossa ex-Deputada Maria Elvira e sua competência e atenção. No nosso Estado, o turismo está inserido como um programa estruturador, com a Estrada Real. Tenho tido a oportunidade de estar nas cidades que compõem a Estrada Real e em circuitos turísticos do nosso Estado e tenho visto presença de turistas brasileiros e estrangeiros em Minas Gerais, percorrendo a Estrada Real, conhecendo essa reserva, esse patrimônio histórico do nosso Estado, algo maravilhoso. Vemos muitos turistas nos marcos da nossa Estrada Real, por isso não concordamos com a crítica feita na tarde de ontem. O governo do Estado de Minas Gerais está atento para essa questão do turismo. Creio que o projeto do Deputado George Hilton vem contribuir para que o nosso Estado esteja atento a essa grande reserva que temos. Desejamos que os estudantes das nossas escolas da rede pública sejam orientados e instruídos sobre essa reserva de patrimônio histórico do nosso Estado.

O Deputado Carlos Pimenta (em aparte)\* - Agradeço a V. Exa. o aparte. Queria apenas fazer uma denúncia que acho importante e tem muito a ver com o pronunciamento de V. Exa. Esse manifesto que vou ler aqui, agora, Deputado João Leite, está sendo assinado por todas as autoridades ligadas ao trabalho no campo, ao produtor rural, ao desenvolvimento do Norte de Minas, ao desenvolvimento socioeconômico e do próprio turismo. É fundamental que tenhamos conhecimento desse fato gravíssimo que está acontecendo na nossa região. Depois vamos procurar os caminhos legais para que possamos apresentar as denúncias. (- Lê:)

"Manifesto em Defesa das Barragens e Desenvolvimento do Norte de Minas. As entidades de classe do Norte de Minas, reunidas em Montes Claros no dia 2/8/2004, deliberaram pela elaboração do manifesto em defesa dos interesses do Norte de Minas, diante da recente postura de outros movimentos em impedir a construção de barragens e até mesmo de medidas ambientais que travam o desenvolvimento sustentável regional.

O Norte de Minas é uma região promissora na agricultura, por diversos fatores, como a boa quantidade de luminosidade e sua terra de excelente qualidade. Mesmo com os problemas de recursos hídricos, transformou-se no maior produtor irrigado de frutas e maior produtor de bovinos de Minas Gerais. Apesar dos seus índices pluviométricos baixos, o homem do campo tem despendido todos os esforços para transformar a região em grande celeiro agroindustrial mineiro.

A região tem sua vocação agrícola, comprovada pelo fato de, nos seus 86 Municípios, apenas 7 contarem com indústrias. Nos outros 79 Municípios, a principal base da economia é fruto da abnegação do homem do campo, que ainda é o maior gerador de empregos na região.

Nos últimos anos, vários movimentos sociais, com ideologia devidamente reconhecida na região, têm aberto campanha contra o modelo executado na região, utilizando o falso argumento dos impactos ambientais que seriam gerados. Nesse projeto, está a proibição de construir qualquer barragem no Norte de Minas, sob o falso argumento de danos irreparáveis na natureza.

São as mesmas pessoas que, na década de 70, se posicionaram contra a construção da Barragem do Bico da Pedra, em Janaúba, ou mesmo das barragens de Salinas, Machado Mineiro e tantas outras que a Cemig viabilizou na microrregião do Alto Rio Pardo. O desenvolvimento alcançado pelo Município de Janaúba é uma resposta aos opositores da obra, pois a qualidade de vida dos moradores daquele local melhorou de forma considerável. Nas outras barragens, a população de Salinas nunca mais viveu o drama da falta de água para abastecimento humano.

Desde 1997 - há nove anos -, foi iniciada a construção da Barragem de Berizal, nas águas do rio Pardo, entre os Municípios de Taiobeiras e Berizal. A triste sina dessa obra é ter sido escolhida para os mais diversos ataques desses movimentos ditos sociais. Desde 2/7/2002, as obras estão embargadas pelo Conselho de Política Ambiental de Minas Gerais, atendendo à recomendação da Fundação Estadual de Meio Ambiente - Feam. Somente depois descobriram que a obra deveria ser analisada pelo Instituto Estadual de Florestas - IEF. Nem essa falha clamorosa levou a acabar com o embargo da obra.

A maior indignação é saber que esses movimentos sociais - considerados sociais -, em total desrespeito aos interesses democráticos, comparecem a um órgão público, diante do seu dirigente no Norte de Minas, e comunica que, se a obra for retomada, ocorrerá a invasão do canteiro de obras e destruição do que já foi realizado. Onde estão os órgãos competentes para interpellar o autor ou autores das ameaças e tomar as providências necessárias, inclusive responsabilizando cautelarmente os incitadores?

A política ambiental de Minas Gerais está precisando de reavaliação, conforme ficou evidenciado na recente Lei da Mata Seca. Querer ampliar a área de reserva legal no Norte de Minas de 20% para até 80% é promover o desemprego de 40 mil pessoas e ainda prejuízo de R\$1.000.000.000,00 na economia regional, além de atropelar os direitos constitucionais. Infelizmente, Minas Gerais tem caminhado na contramão da história nesse assunto e ainda enfrenta o problema da falta de interlocutor devidamente credenciado para tratar o assunto. O Norte de Minas não aceitará pagar o passivo ambiental de Minas Gerais.

No momento em que o Estado argumenta sua preocupação com as desigualdades sociais e define as regiões mais carentes como prioridade, entendemos que a política ambiental demonstra o contrário, pois, ao impedir os projetos de desenvolvimento sustentável, quer impor ao Norte de Minas continuar vivendo na miséria, enquanto outras regiões enriquecem e mostram sua pujança.

Chega de abusos! Precisamos de seriedade e respeito com essa região. Não vamos aceitar que estrangulem o nosso homem do campo, explorando de forma desleal uma falsa preocupação de preservação ambiental."

Deputado João Leite, assinam este manifesto os seguintes senhores: Walmir Moraes de Sá, Presidente da Amams; Alexandre Viana, da Sociedade Rural de Montes Claros; George Lucílio Fernando Brito, da Associação dos Engenheiros Agrônomos do Norte de Minas; Orlando Machado Pinto, da Associação dos Irrigantes do Norte de Minas; Carlos Genuino Quadros, da Cooperativa de Crédito Rural do Norte de Minas - Credinor -; Lucio Tolentino Amaral, da Cooperativa Agropecuária de Montes Claros - Coopagro -; Aluizio Cunha, do Conselho Regional de Engenheiros e Arquitetos - Crea -; Walter Moreira Abreu, Presidente da Cooperativa de Produtores Rurais de Capitão Enéas e da Eco-Silver Silvilculta Sócio-Ambiental do Norte de Minas; Július César Denucci Aliagro, da Aliança para o Desenvolvimento do Agronegócio; Gilberto Gualter dos Santos, Vice-Presidente da Associação Comercial e Industrial de Montes Claros para a Área de Agronegócios; Derneval Germano da Cruz, Prefeito de Taiobeiras e Diretor do Cidarp; e José Augusto Mota Filho, Prefeito de Berizal e Diretor do Cidarp.

Minas Gerais possui uma legislação ambiental das mais apuradas e uma grande preocupação nessa área. Sou testemunha da participação de V. Exa., do Deputado Laudelino Augusto, do Deputado Doutor Ronaldo e de vários outros que compõem a Comissão de Meio Ambiente e Recursos Naturais. A meu ver, de forma truculenta e com ameaças, sem uma ampla discussão, não resolveremos a questão. Não aceitaremos a ameaça de invasão de uma obra que já está sendo analisada pelos órgãos ambientais de Minas Gerais e pela Justiça. Se isso acontecer, prejudicará outras obras fundamentais, como a Barragem de Jequitaiá, a do Pião, e várias outras que, há anos, tentamos tirar do papel para promover a integração e o desenvolvimento do Norte de Minas.

Neste país, não conseguimos nada com a força bruta. Estamos vendo o que acontece em São Paulo. Parece-nos que há uma ordem deliberada, que não está saindo dos presídios, para promover a baderna no Brasil.

Entendo que a ordem deve ser mantida, a democracia e o direito de protestar devem ser respeitados. Não podemos aceitar ameaças de

invasões de obras, seja em construções de barragens, seja em outras. Minas Gerais, principalmente o Norte de Minas, Deputado João Leite, precisa sair da retórica e mostrar que estamos interessados, ajudando no desenvolvimento e progresso daquela região.

O Deputado João Leite - Obrigado, Deputado Carlos Pimenta. Concordo com V. Exa, pois este país tem uma Constituição, tem contratos que devem ser respeitados. Assim, recebemos a manifestação de V. Exa.

Eu falava sobre o projeto de incentivo ao turismo educativo. Estou convencido de que todos nós também temos responsabilidade. A região da Pampulha, em Belo Horizonte, é importante para o turismo, e estamos acompanhando manifestações das várias associações da Lagoa da Pampulha, em que reclamam dos muros pichados nessa época eleitoral. Acredito que as associações, os moradores da região e a população da Capital não aceitam o descaso com o nosso cartão postal. Sempre lutamos em prol da melhoria daquele espaço. Essa discussão veio em boa hora para que todos reconheçam e, de alguma forma, tenham cuidado com aquele espaço, respeitem a cobrança feita pelas associações da região da Pampulha e de Belo Horizonte.

Vimos também que, na Zona Sul de Belo Horizonte, uma manifestação artística - de dois artistas da Capital - foi pichada. Vale lembrar que Belo Horizonte é uma cidade que pretende receber turistas. Penso que os candidatos não tiveram conhecimento dessa situação. Amamos os artistas de Belo Horizonte e suas manifestações. É lamentável o que está acontecendo na cidade, que vem perdendo bonitos espaços devido a esse descaso. Um projeto que trata de incentivo ao turismo educativo, que pretende mostrar a importância dos recursos que existem nas cidades do Estado, vem em boa hora.

Outra questão fundamental para a nossa cidade, para aqueles que a visitam e que é a expectativa de todo belo-horizontino é a segurança. É importante que tenhamos um turismo com segurança não só em Belo Horizonte, mas também em São Paulo. O mesmo Sial do governo federal de hoje traz a execução orçamentária do Sistema Único de Segurança Pública. Segurança pública! Estamos em agosto, quase no final do ano, e até agora, dos recursos para a segurança pública o governo federal liberou 5%. Cinco por cento para a segurança pública! Portanto essa não é uma prioridade. Não existe turismo sem segurança pública. Ela é fundamental.

Uma questão importante que está sendo discutida hoje é o sistema penitenciário nacional, que conta com a liberação de 1%. Trata-se de uma situação delicada no nosso país, assim como a questão do turismo. A discussão desse projeto é fundamental nesse momento. Esse mesmo governo que já liberou 70% para sua propaganda.

Para o turismo, é fundamental o transporte coletivo. Há muitos anos, Belo Horizonte aguarda metrô, e, para ele, zero. Conforme a proposta do governo federal, a conclusão do metrô de Belo Horizonte será apenas no final deste século. Isso é lamentável num momento em que discutimos turismo numa cidade como Belo Horizonte, que precisa se desenvolver e receber visitantes.

O Deputado Gustavo Valadares (em aparte)\*- Deputado João Leite, agradeço o aparte. V. Exa. leu-me os pensamentos. Nesta tarde, trouxe ao Plenário uma matéria que comprova e demonstra à população mineira, especialmente à de Belo Horizonte, o descaso do PT e da CBTU, hoje comandada por um membro desse partido em Minas Gerais, com a população da Capital, no que se refere às obras do metrô.

Tenho uma cópia do jornal "Diário da Tarde". No dia 11/12/2003, quinta-feira, a Editoria de Cidades publicou o seguinte: "Presidente da CBTU, João Luiz da Silva Dias, garante que, em dois anos, começará a construção das linhas para a região hospitalar e para o Sion." Coincidentemente, a declaração foi feita poucos meses antes do início da campanha eleitoral para a Prefeitura de Belo Horizonte, cujo candidato do PT era Fernando Pimentel, que se acabou reelendo. Ele garante que, em dois anos, as obras serão iniciadas, logo isso deveria ter ocorrido em 11/12/2005. Estamos em 2006. Na semana passada, recebemos um presente de grego do Ministro das Cidades, Márcio Fortes, também ligado ao PT, e do Presidente da CBTU, esse mesmo senhor que deu a declaração em 2003, informando que as obras das Linhas 2 e 3 do metrô, as que ligam a região hospitalar à Savassi e à Pampulha, só serão iniciadas, no mínimo, daqui a 20 anos.

Mais uma vez, deixo o meu repúdio e indignação à mentira, à irresponsabilidade e à demagogia de discursos, o que não é novidade, de alguns integrantes do PT e do governo federal. No caso do Presidente da CBTU, a única coisa que esse senhor faz são falácias, mentiras.

O jornal "Estado de Minas" do dia 8/7/2003, antes da outra nota, informou que projetos para a Savassi e o Calafate estavam em discussão. (- Lê:.) "Segundo o Presidente da CBTU, João Luiz da Silva Dias, já estão assegurados cerca de R\$1.200.000,00 para a realização dos projetos básicos de engenharia das duas obras. Faremos os projetos e sairemos em busca de financiamentos adequados, pois teremos uma boa noção do custo total das intervenções. As Linhas 2 e 3 do metrô de Belo Horizonte, que serão subterrâneas, são fundamentais para que o transporte passe a atender à demanda diária do sistema na Capital."

Mais uma vez, está comprovado que esse Presidente não tem preparo para estar no cargo que ocupa; nem o governo do PT, pois demonstra que não sabe escolher os Presidentes de suas autarquias. Infelizmente, quem sofre é especialmente a população de Belo Horizonte. Sou belo-horizontino, apaixonado por esta terra, e tenho a convicção de que o metrô é a solução para o trânsito caótico em que a cidade se encontra. Não adianta mudar as mãos das ruas ou pintar o meio-fio, o que a Prefeitura faz atualmente. Precisamos de muito mais.

Comprovamos, agora, que o que tem proposto esse governo do PT a Belo Horizonte e aos belo-horizontinos são apenas mentiras e discursos demagogos e irresponsáveis. Quero lembrar que, quando o Presidente Fernando Henrique desenvolvia o metrô de Belo Horizonte, membros do PT levantavam a bandeira de que o mais importante para esta cidade era o metrô. Entretanto hoje esses mesmos interlocutores do PT não ocupam a tribuna desta Casa ou da Câmara Municipal nem vão à imprensa escrita ou falada para pressionar, no bom sentido, o governo federal para que os belo-horizontinos tenhamos o metrô que merecemos.

Deixo a minha indignação. Parece que V. Exa. leu os meus pensamentos. Mas a mentira tem pernas curtas, e fica também o aviso ao Presidente da CBTU.

O Deputado João Leite - Obrigado, Deputado Gustavo Valadares. Aproveito para colocar à disposição dos Deputados e das Deputadas, para que o assinem, o documento em que solicitamos a criação de uma frente parlamentar em defesa do metrô de Belo Horizonte, já com 21 assinaturas. Também quero combinar a caminhada que vamos fazer no leito já preparado do ramal Barreiro, que está sofrendo invasões e transformando-se em depósito de lixo. Quer dizer, o povo de Belo Horizonte está perdendo o investimento feito no governo passado, com obras de arte, passarelas e o início de estações, pois tudo vem sendo depredado e perdido. Assim, a frente parlamentar em defesa do metrô de Belo Horizonte fará uma caminhada para mostrar o descaso pelo metrô de Belo Horizonte e pelo ramal Barreiro.

O Deputado Gustavo Valadares nos faz pensar, à luz do projeto do Deputado George, na história de Belo Horizonte. Essa linha de superfície do metrô de Belo Horizonte atende atualmente menos do que atendiam as linhas do subúrbio, que tínhamos antigamente nesta cidade. Essa linha ia até Betim; tínhamos um subúrbio da estação central a Betim e um que ia em direção a Nova Lima e Raposos. Hoje perdemos em transporte coletivo exatamente por conta do descaso do governo federal por Belo Horizonte. Isso é história. É turismo educativo fazer com que os estudantes da rede pública do nosso Estado conheçam a história das linhas que o metrô ocupa hoje em Belo Horizonte. Antes era muito melhor. Obviamente era mais lento, mas se alcançavam mais cidades, percorriam-se mais quilômetros. Lamentavelmente, Deputado Gustavo Valadares, o governo Lula quer investir em Caracas: enquanto a linha do metrô em Belo Horizonte tem 28km, em Caracas, ao final do

investimento do governo Lula, o metrô terá 60km. É lá que o governo Lula está investindo, não em Belo Horizonte. Tivemos oportunidade de acompanhar todos os dados a respeito do investimento que o governo federal faz fora daqui, e sabemos que, lamentavelmente, nada vem para Belo Horizonte.

Sr. Presidente, esse é um tema importantíssimo, que gostaria de continuar a abordar nas próximas reuniões, pois tenho novos dados para apresentar.

Com muito prazer, vou conceder aparte ao Deputado Fahim Sawan, que já assinou a solicitação da criação da frente parlamentar em defesa do metrô de Belo Horizonte, pois é um Deputado que entende a importância do metrô para o transporte coletivo e para a população da Região Metropolitana de Belo Horizonte.

E eu dizia, Deputado Fahim Sawan, que o projeto que estamos discutindo, do Deputado George Hilton, que trata do incentivo ao turismo educativo, nos dá oportunidade de lembrar que a linha ocupada hoje pelo metrô de Belo Horizonte foi ocupada pela Rede Mineira de Viação, pela Central do Brasil, e, lamentavelmente, temos hoje apenas 28km usados pelo metrô, penalizando a população de Belo Horizonte.

O Deputado Fahim Sawan (em aparte)\* - Deputado João Leite, Sr. Presidente e Srs. Deputados. Primeiramente, gostaria de parabenizar V. Exa. pela iniciativa de criação da frente em defesa do metrô de Belo Horizonte. Belo Horizonte é não só a Capital dos mineiros, mas uma Capital apaixonante, uma cidade que hoje desperta carinho e entusiasmo por parte de toda a população do Brasil e dos estrangeiros que aqui freqüentam, vêm fazer seus negócios, fazer turismo e conhecer a nossa Capital, cidade de nossa paixão, da qual gostamos. Sabemos que ela precisa ser tratada dentro da modernidade. E não há como fazer isso se não tivermos essa visão maior, de desprendimento, de crescimento, de modernidade, de trazer a Belo Horizonte os incentivos necessários.

V. Exa. lembra muito bem que essa questão do transporte, infelizmente, é vinculada ao governo federal, que não tem colocado o seu dedo e a devida atenção em nossa querida Belo Horizonte, como em outros tantos casos em nosso Estado.

Por exemplo, Deputado, a questão das estradas federais. Tanto se gastou, e erroneamente, no tapar os buracos das nossas estradas federais que hoje, ao passarmos nelas, saímos pulando, não conseguindo nem parar direito na pista, de tão malfeito que foi o serviço. Nós, que usamos muito a estrada, principalmente a BR-262, indo para o Triângulo, verificamos essa situação de caos e o perigo que representa. Perto de Pará de Minas e de Nova Serrana, a situação é calamitosa, porque o asfalto já cedeu por inteiro. A massa asfáltica colocada faz o contorno do buraco, mas não conseguiu nivelar as pistas, e muitos acidentes ainda têm ocorrido.

Queria lembrar a V. Exa., Deputado João Leite, de um projeto oferecido ao Governador Aécio Neves na quinta-feira passada, quando realizada uma reunião com médicos, em que V. Exa. também esteve presente, em um hotel de Belo Horizonte, ocasião em que entregamos ao Governador de Minas e ao futuro Presidente Geraldo Alckmin o projeto da saúde que queremos para o nosso país e o nosso Estado. E um dos itens desse novo projeto de governo na saúde, do Governador Aécio Neves, chama-se turismo, saúde e desenvolvimento, exatamente porque nós, em Minas Gerais, temos tradição de uma boa prática da saúde. Estamos organizando a saúde do Estado, fazendo com que as cidades-macropólos regionais - Belo Horizonte, Contagem, Betim, Juiz de Fora, Uberaba - tenham a capacidade de atrair para si a excelência em saúde, como muitas cidades fora do País. Para isso, é preciso organizar a saúde no entorno dessas cidades, e que cada Município pequeno, a exemplo do que vem sendo feito no governo Aécio Neves, tenha capacidade de resolver, em pelo menos 80%, os procedimentos em saúde. Este governo é o primeiro do Estado que investe no Programa de Saúde da Família, organizando o entorno da cidade maior para que ela atraia investimentos e pessoas que vêm tratar da saúde. Isso é bom e é turismo, porque a pessoa que vem tratar da saúde em cidades como Belo Horizonte e Uberaba acaba trazendo recursos para o seu comércio, para a sua rede hoteleira, visitam os seus restaurantes, conhecem a sua tradição e os seus pontos turísticos, geograficamente falando. Tudo isso traz riquezas a um Estado como o nosso.

Volto a concordar com V. Exa. porque sabemos que, atraindo novos investimentos e turistas, precisamos de infra-estrutura, de transporte digno. Então, falta-nos o metrô. Por isso, mais uma vez, quero parabenizá-lo e dizer que faço parte, com muita honra, da Frente Parlamentar em Defesa do Metrô de Belo Horizonte, porque entendo a sua importância para o desenvolvimento desta cidade. Muito obrigado.

O Deputado João Leite - Obrigado, Deputado Fahim Sawan. V. Exa. trouxe brilho a nossa discussão, porque contribui com algo fundamental.

Em Belo Horizonte há centros de saúde de Primeiro Mundo, que, sem dúvida, atraem muitas pessoas. O projeto que trata do turismo educativo possibilita dar conhecimento aos estudantes da rede estadual da importância do turismo médico. As escolas de medicina em Minas Gerais, tais como as de Uberaba, Uberlândia e Governador Valadares, grandes pólos de medicina, formaram grandes médicos, que muito contribuíram para o desenvolvimento da área em nosso país e constituem, efetivamente, uma grande atração turística.

Sr. Presidente, gostaria de continuar a tratar dessa questão.

O Deputado Domingos Sávio (em aparte) - Nobre Deputado João Leite, pude ouvir parte do seu pronunciamento. Tive de me ausentar deste Plenário por poucos minutos, mas, mesmo fora daqui, pude acompanhá-lo pelo sistema de som da Casa. Quero cumprimentá-lo pelo seu pronunciamento e somar-me a V. Exa. relativamente à aprovação desse projeto e às reflexões que advêm deste debate.

V. Exa. falava a respeito das diversas formas de turismo, como o turismo de saúde, que, às vezes, pode parecer surpreendente. Conhecemos o dia-a-dia do nosso povo. Sabemos que, embora não represente desejo de ninguém fazer turismo de saúde, se trata de uma circunstância da vida. Em determinados momentos, temos de nos deslocar da nossa cidade para fazer tratamento em outra cidade.

Então, quero apresentar uma ponderação. Hoje, no Brasil, vivemos a situação cada dia mais triste de ver a omissão do governo federal em relação a alguns procedimentos, como os inerentes ao cidadão que padece de câncer. Digo isso porque, esta semana, me reuni com o Secretário de Saúde, reivindicando a ampliação do teto para o tratamento de câncer no Hospital do Câncer de Divinópolis, que atende todo o Centro-Oeste mineiro. Portanto, ali ocorre turismo. Vejam bem que turismo indesejável, a pessoa sair da sua casa para tratar do câncer em outra cidade! Mas mais triste é quando sai de lá e não pode ser atendida. E ainda lhe dizem: "Lutamos, a comunidade trabalhou, organizou-se e somou para a construção deste hospital".

Foi uma ação maravilhosa. Ainda era Vereador. Lembro-me bem quando começou a luta da ACCCOM, com o Dr. Roney Quirino, de Bom Despacho, grande parceiro. Bom Despacho, Formiga, Oliveira, enfim, o Centro-Oeste como um todo ajudou, bem como cidades mais afastadas daquela região ou de Divinópolis. Depois, como Prefeito, carregamos mais essa bandeira para a construção daquele hospital. E o Ministro José Serra o equipou com aparelhos de radioterapia.

O Deputado João Leite - Tive oportunidade de conhecer esse maravilhoso hospital, à altura de Divinópolis.

O Deputado Domingos Sávio (em aparte) - Tivemos a alegria de recebê-lo em Divinópolis, como Secretário, sempre atencioso às questões sociais.



Como dizia, o hospital está estruturado e tem capacidade de atendimento.

Vemos um paciente de câncer sangrando, com os dias contados, o equipamento ali, as condições estruturais prontas para atendê-lo, e a cota se esgota.

Quer dizer, o brasileiro agora vive no limite das cotas, tem cota para ter infarto. "Olha! Acabou a cota de infarto do miocárdio. Se você sofrer disso, morrerá, pois somente no mês que vem atenderemos outro paciente".

No caso das cotas de câncer e cirurgia cardíaca, às vezes o paciente recebe orientação de que poderá ser submetido à cirurgia somente no ano seguinte. Há pressão do governo de Minas para rever essas cotas, para obtenção de mais recursos para a saúde, para garantir esse atendimento. Infelizmente, não temos conseguido sensibilizar quem tem a maior fatia do bolo da arrecadação do País, quem recebe a maior parte dos nossos impostos, o governo federal, para rever a questão do SUS e os investimentos necessários.

Faço questão de especificar isso porque o governo de Minas já paga o que excede das cotas de quimioterapia e radioterapia. Mas o Secretário me alegou que não tem recursos suficientes para bancar cirurgias, tendo em vista a demanda reprimida.

Aproveito o momento para trazer essa discussão. Precisamos aprovar um projeto como o que alcançará a perspectiva de incentivar o turismo em seus diversos aspectos - empresarial e social, assim como o lazer. Quando se fala em turismo, o cidadão comum logo pensa numa viagem a um bel lugar, a uma estância hidromineral. Aliás, as estâncias hidrominerais de Minas estão chorando, porque gostariam de ver o seu projeto aprovado; mas, infelizmente, os embates políticos estão segurando a aprovação de algo que poderia gerar emprego. O turismo é importante, seja para visitas à estâncias hidrominerais, seja o de negócios, seja para tratamento de saúde. Este é um momento em que temos de debater o assunto.

Como fica a responsabilidade do governo federal, que tanto bateu quando era oposição, dizendo que não era aceitável uma tabela miserável como a do SUS, uma tabela que não remunera nem sequer o que o hospital gasta com alimentação do paciente, quicá com os medicamentos. Essa tabela está fazendo com que os médicos desistam de atender pelo SUS, que tanto bateu contra a falta de investimentos adequados para que, lá, no interior, atendêssemos o nosso paciente.

Hoje, assistimos à omissão: o não-querer enfrentar o problema. É muito discurso, muita promessa, e o cidadão brasileiro sofre com uma saúde pública cada dia pior.

O SUS, cuja legislação e normatização são federais, cuja responsabilidade de coordenar e fazer os principais investimentos é do Ministério da Saúde, está no CTI.

O turismo da saúde pode virar pesadelo para tanta gente que sai de sua cidade procurando atendimento, e, às vezes, fica na fila, sendo humilhado.

A Capital mineira, de todos nós, não só de seu gestor local, freqüentemente devolve o paciente ao interior, sem atendimento, o que me revolta. Afinal, se o sujeito saiu do interior para fazer o tal turismo da saúde aqui, em Belo Horizonte, não veio a passeio. Veio porque não pôde ser atendido em razão de não existirem equipamentos nem especialista em seu Município. E, quando chega aqui, a cota acaba, ficando novamente sem atendimento. A Programação Pactuada Integrada - PPI - estourou.

Então, Deputado João Leite, quero concordar com V. Exa. na importância da aprovação desse projeto. Estamos num processo de debates. Esta Casa é democrática. Não podemos perder a oportunidade de fazer reflexões sérias como esta. Sou defensor do SUS e brigo por ele. Não me canso de ir à Secretaria de Saúde para reivindicar ao Secretário mais investimentos. A questão é das macrorregiões de saúde.

Quando cheguei a esta Casa, o Centro-Oeste mineiro pertencia a Belo Horizonte. Era tudo uma macrorregião, como se só existisse Belo Horizonte para nos dar assistência. Dessa forma, todo o dinheiro do Pró-Hosp ficava na Capital. Conseguimos fazer com que Divinópolis sediasse a macrorregião do Centro-Oeste, que foi criada em 2004, portanto, um ano depois. Com o apoio de V. Exa. e de outros colegas, brigamos, lutamos e conseguimos isso.

Agora, temos as microrregiões. Conseguimos fazer com que fosse criada a microrregião de Santo Antônio do Monte. Precisamos pensar também nas pequenas santas casas. Deputado João Leite, no dia em que não precisarmos falar em turismo de saúde, sentir-nos-emos no céu. Pensemos na situação de um cidadão que mora, por exemplo, na pequena cidade de Carmo da Mata.

O Deputado João Leite - Pretendo fazer uma ponderação. Considerando-se o turismo médico, às vezes há pessoas que buscam uma beleza maior. Todavia, concordo com a abordagem que V. Exa. faz, já que nos leva a colocar os pés no chão, tendo em vista a realidade do País e do nosso Estado. Estamos nessa situação porque o governo federal mostra-se insensível em relação a essa área. Por causa disso, estamos perdendo. Concordo com V. Exa., que nos conduz à realidade.

O Deputado Domingos Sávio (em aparte) - Concluirei meu aparte, Deputado João Leite. Perdoe-me, se estendi um pouco minhas considerações. Estamos tratando de um assunto importante, o Projeto de Lei nº 2.675. Ao falar da saúde, V. Exa. abordou os vários aspectos do turismo e o fez com muita propriedade. Falo isso porque sei da sua responsabilidade. Sou testemunha do seu trabalho. Como titular da Sedese, V. Exa. peregrinou pelo Estado de Minas Gerais. Levou solidariedade e atenção às Apaes, às creches e aos asilos. Como conhece o interior deste Estado, é sensível a questões como esta que ora abordo.

Para concluir, afirmo: falta dinheiro para o SUS, bem como para garantir aos aposentados pelo menos a mesma recomposição concedida ao salário mínimo. O Presidente Lula vetou a matéria, alegando não haver dinheiro para se proceder à referida concessão aos aposentados. Agora, o discurso mudou: falta dinheiro para atualizar a tabela do SUS. No entanto, ele não falta para os sanguessugas, para os bandidos, para os 40 ladrões denunciados pelo Ministério Público Federal. Aliás, todos encontravam-se nos ministérios do governo Lula. Para eles, não faltaram recursos. Com a convivência de Ministros, de funcionários do primeiro escalão, pagaram-se as emendas carimbadas para roubar o dinheiro do povo.

Esse é o governo que prometeu acabar com a corrupção no Brasil? Esse é o governo que afirmou que, com ele, a corrupção não teria vez? Ao que nos parece, essa realidade será constatada desde o início do governo até o seu último dia.

Há outro aspecto que quero ver esclarecido em algum momento. Saí de São Tiago. Sou médico-veterinário e trabalhei durante a minha vida inteira. Sou Deputado e, além disso, trabalho em minha pequena propriedade rural. Tenho 49 anos. Tenho curso superior e estou sempre trabalhando. O meu sigilo bancário mantém-se aberto. Minha esposa, com quem estou casado há 30 anos e mantenho uma relação de amor e de respeito, herdou algum patrimônio. Possuo um patrimônio, fruto do meu trabalho.

Enquanto isso, alguns meses depois de o pai assumir a Presidência, o filho do Sr. Lula consegue R\$5.000.000,00, ou seja, transforma-se em um milionário, mas ele vê isso como um fato normal. Como se não bastasse, não se pode sequer tocar no assunto. O Presidente é intocável, blindado. Deputado João Leite, o filho de Lula deve ser mais competente que todos os brasileiros.

O Presidente não sabia de nada; não sabia que fazendo o que fez faltaria dinheiro para a saúde, bem como para garantir aos aposentados um pagamento digno.

O Presidente também não sabia que faria bravata ao dizer que seriam disponibilizados R\$100.000.000,00 para melhorar a segurança pública em São Paulo. Depois arrumou uma série de burocracias para o dinheiro não chegar. Para fazer operação tapa-buraco malfeita, gastou muito mais do que isso, mas não houve burocracia que o impedisse. No entanto, quando viu que aquilo estava jogando sua popularidade para baixo, não houve burocracia para a operação tapa-buraco. Todavia, para ajudar São Paulo a resolver o problema de segurança, houve burocracia e bravata do Ministro ao dizer que colocaria o Exército nas ruas.

O Deputado João Leite - Deputado Domingos Sávio, citei esse número - V. Exa. fala em R\$100.000.000,00 - quando V. Exa. se ausentou, pois é algo fundamental para o turismo. Não há turismo sem segurança pública. As pessoas buscam um lugar seguro.

Deputado Domingos Sávio, no Sistema Único de Segurança Pública - Susp -, há previsão de aproximadamente R\$400.000.000,00, mas, até hoje, dia 9/8/2006, o governo liberou apenas 5%. Isso ocorre não apenas em São Paulo, mas também em Minas Gerais e no Rio de Janeiro.

Quanto aos recursos destinados ao sistema penitenciário nacional, que se discute muito no País, temos aproximadamente R\$400.000.000,00, mas foi liberado apenas 1%. V. Exa. trata da questão com conhecimento, sabedoria e a experiência de ter sido gestor municipal de uma cidade-pólo importante como Divinópolis. Além da questão médica, a cidade é um espaço para confecção de moda e produção de beleza do País, servindo também a outros Estados.

Outro programa fundamental é o da malha rodoviária. Em Minas Gerais, temos 25% da malha rodoviária federal, de responsabilidade da Polícia Rodoviária Federal. No Estado, o órgão tem um déficit de 3 mil homens. O patrulheiro rodoviário que fica sozinho à noite, em uma casinha no meio da estrada, terá condição de parar quem está transportando armas e drogas?

No programa que trata das nossas estradas, estão reservados R\$195.000.000,00, mas foram executados apenas 30% para essas estradas em que trafegam brasileiros, especialmente mineiros. Queria, com esses números, contribuir para a intervenção de V. Exa.

O Deputado Domingos Sávio (em aparte) - Deputado João Leite, não pode haver turismo sem segurança. Não há maneira de haver esperança no País diante desta podridão, desta corrupção vergonhosa que se instalou em Brasília. Alguns dizem que isso acontece apenas no Congresso Nacional. Não. Ficou claro que é do Ministério da Saúde, do Executivo, que saiu o dinheiro com as concorrências fraudadas, as emendas liberadas de maneira carimbada, em combinação com Ministros e assessores. Roubaram dinheiro da saúde, motivo de vergonha para todo o País.

Na segurança, se, por um lado, o governo prometeu dinheiro para São Paulo, por outro, não liberou os recursos. Lembro-me do Governador de São Paulo: "Queremos ajuda, sim, do governo federal para combater o crime organizado. Queremos que o governo federal coloque o Exército nas fronteiras para impedir a entrada e o contrabando de armas e drogas". Essa é uma função do Exército, pois envolve a segurança nacional.

O Deputado João Leite - Deputado Domingos Sávio, isso é interessante, porque querem mandar o exército para as ruas da cidade. Mandem-no para as fronteiras!

O Deputado Domingos Sávio (em aparte) - Sim, mandem-no para as fronteiras, até para impedir o contrabando. Mas não é só isso. Às vezes, o cidadão comum pode pensar que o governo de São Paulo está recusando ajuda. Não! Ele pediu ajuda e o envio da Polícia Federal, porém o governo federal disse que daria R\$100.000.000,00, mas não deu. Aliás, Deputado João Leite, quero registrar que a Polícia Federal está se salvando porque é independente; seu processo de gestão é independente, e seus funcionários são de carreira. Assistimos, com repugnância e nojo, à cena do Presidente do Tribunal de Justiça de Rondônia e do Presidente da Assembléia, grandes autoridades, saindo algemados e, ao mesmo tempo, festejando porque "ainda havia esperança". Estão prendendo Presidentes de tribunais de justiça; estão prendendo Juizes; estão prendendo Presidentes de assembleias legislativas e Deputados. É preciso prendê-los, mesmo! Lugar de bandido é na cadeia! E quem fez isso foi a Polícia Federal, por meio de trabalho independente. Quando pediram que ela fosse para São Paulo, não ajudaram esse Estado. O Secretário de Segurança Pública de São Paulo disse que o PT está infiltrado com o PCC para provocar toda essa situação de terror - e afirma ter provas disso. Aí, começamos a pensar: se o governo federal não disponibiliza o reforço da Polícia Federal, se não quer uma investigação profunda para cortar o mal pela raiz, alguma coisa está errada. De fato, é coincidência demais. Portanto, não vamos transformar esse assunto em debate político eleitoral. Há vidas sendo retiradas. É hora de acabar com a burocracia e disponibilizar não apenas dinheiro, mas a Polícia Federal. É preciso investigar, conseguir bloquear telefones celulares nos presídios e respeitar o ser humano. É inaceitável que o nosso Brasil vire uma guerrilha e as autoridades federais e estaduais fiquem batendo boca. Precisamos de uma solução concreta, de ajuda concreta, e não, de promessas. Dessa maneira, poderemos pensar no turismo, num país mais justo. Esta é uma oportunidade para deixarmos claro que lugar de bandido é na cadeia.

Como Deputado, defendi a abertura de sigilo bancário, fiscal e patrimonial e coloquei meu sigilo bancário à disposição do Procurador-Geral de Justiça. E o manterei assim enquanto exercer atividade pública. Não tenho sigilo bancário. A minha vida patrimonial é aberta, transparente. Não entrei na política para ficar rico nem o ficarei, com absoluta certeza, porque política para mim é missão de vida, assim como é para V. Exa.

O Deputado João Leite - Se V. Exa. me permite, gostaria de apresentar mais um dado do órgão de inteligência federal, a Abin, que investiga as pessoas: a "arapongagem" está em torno de 60%. Para a "arapongagem" há dinheiro, mas, para a segurança, não. Esse é o programa de inteligência que investiga a vida das pessoas.

O Deputado Domingos Sávio (em aparte) - Parabéns, Deputado João Leite. V. Exa. sempre agiu de forma corajosa quando foi um dos líderes daquela CPI que discutiu o contrabando de drogas, o problema do sistema penitenciário em Minas Gerais. Foi a isso que eu assisti, quando, com muita seriedade, V. Exa. dirigiu a Sedese. É esse o parceiro que temos aqui.

O Deputado João Leite - Deputado Domingos Sávio, o Fernando Beira-Mar fugiu de uma das delegacias de Belo Horizonte. Estamos aguardando os presídios federais prometidos por este governo. Há um, com um preso, o Fernando Beira-Mar. Enquanto isso, Minas Gerais tem de cuidar de presos que pertencem ao governo federal. É transferido 1% para Minas e outros Estados, para que cuidem dessa questão, sendo que 5% são destinados à segurança pública.

O Deputado Domingos Sávio (em aparte) - Quero concluir, Deputado João Leite, dizendo que V. Exa. debateu o turismo e teve a grandeza de abordar questões essenciais para que este país melhore, combatendo a corrupção de forma firme e fazendo investimentos dignos na saúde, na educação, na segurança pública. Parabéns por seu pronunciamento. Muito obrigado pelo aparte.

O Deputado João Leite - Deputado Domingos Sávio, obrigado.

\* - Sem revisão do orador.

## MATÉRIA ADMINISTRATIVA

### ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 8/8/2006, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/2002, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão e de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Irani Barbosa

exonerando Auro Leonardo Fonseca do cargo de Supervisor de Gabinete I, padrão AL-26, 8 horas;

exonerando Pedro Paulo Lopes do cargo de Atendente de Gabinete II, padrão AL-07, 8 horas;

exonerando Simone Ferreira Amorim do cargo de Secretário de Gabinete II, padrão AL-20, 8 horas;

nomeando Auro Leonardo Fonseca para o cargo de Assistente Técnico de Gabinete II, padrão AL-31, 8 horas;

nomeando Simone Ferreira Amorim para o cargo de Assistente de Gabinete, padrão AL-23, 8 horas.

### AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 59/2006

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 52/2006

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar, no dia 29/8/2006, às 14h30min, pregão eletrônico, por meio da internet, do tipo menor preço, tendo por finalidade selecionar a proposta mais vantajosa para aquisição de bandejas para impressora Lexmark T420.

O edital encontra-se à disposição dos interessados nos "sites" [www.licitacoes-e.com.br](http://www.licitacoes-e.com.br) e [www.almg.gov.br](http://www.almg.gov.br), bem como na Comissão Permanente de Licitação da Assembléia Legislativa, na Rua Rodrigues Caldas, 79, Ed. Tiradentes, 14º andar, no horário das 8h30min às 17h30min, onde poderá ser retirado mediante pagamento da importância de R\$0,10 por folha ou gratuitamente em meio eletrônico. Nesse caso, o licitante deverá portar disquete próprio.

Belo Horizonte, 16 de agosto de 2006.

Luís Antônio Prazeres Lopes, Diretor-Geral.

### TERMO DE AFETAÇÃO

Cedente: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Cessionária: Escola Estadual Divina Providência, do Município de Belo Horizonte. Objeto: cessão de um microcomputador. Vigência: a partir da assinatura.